



## Projeto: Orientar para servir

Levando em conta que uma das funções institucionais da Defensoria Pública consiste na educação em direitos humanos, e tomando por base que a informação é a porta de entrada para o acesso à justiça - marco civilizatório que torna possível a redução de desigualdades sociais e, em larga escala, torna eficaz a aplicação do direito como fator de estabilização social -, a Defensoria Pública do Estado do Piauí desenvolveu em outubro de 2020 o projeto intitulado “Orientar para servir - O que você precisa saber”.

Com a divulgação de direitos por meio da publicação de cartilhas informacionais que tratam de temas como abandono afetivo, regime de bens, espécies de guarda de filhos, vantagens da mediação, usucapião e direitos aplicáveis aos conviventes em união estável, a Defensoria pretende facilitar as orientações jurídicas às pessoas nas diversas áreas de atendimentos da instituição, promovendo assistência jurídica universal. Intenta-se oportunizar orientação antes mesmo do atendimento inaugural, facilitando o trabalho de toda a Defensoria Pública.

Para tanto, empregou-se uma linguagem simples e facilitada, com o intuito de despertar a curiosidade e o interesse da sociedade como um todo para os serviços prestados pelo órgão, uma vez que são sujeitos de direito. Com o acesso às informações, podem conhecer antecipadamente sobre sua situação, evitando, muitas vezes, a espera desnecessária em filas de atendimento, podendo, inclusive, difundir orientações para outras pessoas.

Apesar das dificuldades de implantação do projeto em razão da pandemia (Covid-19), concorreu, no ano de 2021, a 18ª Edição do Prêmio Inovare, reconhecidamente a premiação de maior repercussão no cenário da Justiça Brasileira: premia boas iniciativas na área jurídica, idealizadas e colocadas em prática por magistrados, promotores, defensores, advogados, e por profissionais interessados em aprimorar a Justiça brasileira, facilitando o acesso da população.

A idealizadora do projeto, Dra. Sheila de Andrade, destaca que a importância das publicações reside no acesso simplificado ao conhecimento, possibilitando que a Defensoria possa cumprir de forma eficaz a sua missão constitucional de orientação, que às vezes se tornam bem mais esclarecedoras por meio de uma simples leitura. A defensora considera que o projeto tem se mostrado efetivo, útil, para os assistidos como um todo.

Em 2022, foram realizadas 12 publicações, uma em cada mês.